

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)/ Câmara Técnica de Usos Múltiplos(CT-UM)

Avaliação da proposta de Resolução CNRH

As Câmaras Técnicas de Água Subterrânea e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras do CNRH elaboraram minuta de Resolução CNRH que *“Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União e os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão integrada”*. A referida minuta foi apreciada em reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Usos Múltiplos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo em 14/04/2016, no auditório do CTH- USP.

De acordo com a avaliação das câmaras, a minuta apresenta diretrizes institucionais e técnicas afetas à gestão integrada de recursos hídricos, em especial quanto a interligação superficial e subterrânea, que já estão amplamente contempladas em normas nos âmbitos Federal e do Estado de São Paulo, inclusive Resoluções do CNRH, indicadas no anexo I.

Por outro lado, acredita-se que algumas proposições extrapolam o poder normativo do CNRH, como a inclusão de competências ao município, ao indicar que esse ente deverá estabelecer normas específicas para área de conexão rio-aquífero dentro das bacias hidrográficas nas quais o seu território esteja circunscrito.

Nesse sentido, os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, competentes para realizar a gestão integrada dos referidos recursos, como os comitês de bacias e órgão gestor de recursos hídricos no Estado de São Paulo, tem como diretriz e princípio a gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas no âmbito dos instrumentos já estabelecidos.

Cabe ressaltar que no Estado de São Paulo, a gestão das águas superficiais e subterrâneas abrangem também o controle de qualidade, a prevenção e o controle da poluição, além do disciplinamento da ocupação do solo, a proteção das áreas de recarga dos aquíferos e o estabelecimento de áreas de restrição e controle ao uso de águas subterrâneas.

Desta forma, a CTAS e CTUM do CRH do Estado de São Paulo indicam que a criação de Resolução CNRH nessa matéria deveria se restringir às formas de apoio aos Estados, aplicável naqueles com dificuldades no planejamento da gestão integrada de recursos hídricos, nos termos da minuta encaminhada em anexo.

ANEXO I

Destaques de diretrizes institucionais e técnicas para a gestão integrada de recursos hídricos nos âmbitos Federal e do Estado de São Paulo.

Federal

1. Constituição Federal

“Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; ”

2. Resolução CNRH nº 145 de 12 de dezembro de 2012- Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências.

“ DO CONTEUDO DO PLANO

.....

Art. 13º O Plano de Ações visa a mitigar, minimizar e se antecipar aos problemas relacionados aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de forma a promover os usos múltiplos e a gestão integrada, devendo compreender, no mínimo:

I - definição das metas do plano;

II - ações ou intervenções requeridas, organizadas em componentes, programas e subprogramas, com justificativa, objetivos, executor, investimentos, fontes possíveis de recursos, prazo de implantação;

III - prioridades e cronograma de investimentos;

IV - diretrizes para os instrumentos de gestão;

V - arranjo institucional ou recomendações de ordem institucional para aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e para implementação das ações requeridas;

VI - recomendações de ordem operacional para a implementação do plano;

VII - indicadores que permitam avaliar o nível de implementação das ações propostas; VIII – recomendações para os setores usuários, governamental e sociedade civil.”

2. Resolução CNRH nº 15, de 11 de janeiro de 2001- Estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.

“Art. 3º Na implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos deverão ser incorporadas medidas que assegurem a promoção da gestão integrada das águas superficiais, subterrâneas e meteóricas, observadas as seguintes diretrizes:

I - Nos Planos de Recursos Hídricos deverão constar, no mínimo, os dados e informações necessários ao gerenciamento integrado das águas, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

II - O enquadramento dos corpos de água subterrânea em classes dar-se-á segundo as características hidrogeológicas dos aquíferos e os seus respectivos usos preponderantes, a serem especificamente definidos;

III - Nas outorgas de direito de uso de águas subterrâneas deverão ser considerados critérios que assegurem a gestão integrada das águas, visando evitar o comprometimento qualitativo e quantitativo dos aquíferos e dos corpos de água superficiais a eles interligados;

IV - A cobrança pelo uso dos recursos hídricos subterrâneos deverá obedecer a critérios estabelecidos em legislação específica;

V - Os Sistemas de Informações de Recursos Hídricos no âmbito federal, estadual e do Distrito Federal deverão conter, organizar e disponibilizar os dados e informações necessários ao gerenciamento integrado das águas. ”

3. Resolução CNRH nº 91, de 5 de novembro de 2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

“Art. 3º.....

§ 1º A elaboração da proposta de enquadramento deve considerar, de forma integrada e associada, as águas superficiais e subterrâneas, com vistas a alcançar a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade compatíveis com os usos preponderantes identificados.”

4. Resolução CNRH nº 92, de 5 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.

“Art. 2º Os órgãos gestores deverão promover estudos hidrogeológicos, a serem executados por entidades públicas ou privadas, com abrangência e escalas adequadas nas seguintes categorias:

.....

II - estudos hidrogeológicos regionais, para identificar as potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades dos aquíferos para utilização das águas subterrâneas, em especial nas áreas com indícios de superexploração, poluição ou contaminação, que poderão determinar áreas de restrição e controle de uso de água subterrânea, abrangendo os seguintes aspectos:

a) os recursos hídricos disponíveis para exploração considerando, dentre outros fatores, a descarga de base dos rios;”

5. Resolução CNRH nº 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

“Art. 31. Os estudos para enquadramento das águas subterrâneas deverão observar a interconexão hidráulica com as águas superficiais, visando compatibilizar as respectivas propostas de enquadramento”

6. Resolução CNRH nº 107, de 13 de abril de 2010 - Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas.

“Art. 3º A escolha dos pontos de monitoramento deverá considerar:

IV - caracterização hidrogeológica:

.....

e) interação das águas superficiais e subterrâneas.”

7. Resolução CNRH nº 16, de 08 de Maio de 2001 - Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

“Art. 1º.....

§ 4º A análise dos pleitos de outorga deverá considerar a interdependência das águas superficiais e subterrâneas e as interações observadas no ciclo hidrológico visando a gestão integrada dos recursos hídricos.”

8. Resolução CNRH nº 22 de 24 de Maio de 2012

“Art. 2º Os Planos de Recursos Hídricos devem promover a caracterização dos aquíferos e definir as inter-relações de cada aquífero com os demais corpos hídricos superficiais e subterrâneos e com o meio ambiente, visando à gestão sistêmica, integrada e participativa das águas.

Art. 3º As informações hidrogeológicas e os dados sobre as águas subterrâneas necessários à gestão integrada dos recursos hídricos devem constar nos Planos de Recursos Hídricos e incluir, no mínimo, por aquífero:

I – a caracterização espacial;

II – o cômputo das águas subterrâneas no balanço hídrico;

III – a estimativa das recargas e descargas, tanto naturais quanto artificiais; ...”

9. Resolução CNRH nº153 de 13 de dezembro de 2013- Estabelece critérios e diretrizes para implantação de Recarga Artificial de Aquíferos no território Brasileiro.

“Art. 1º Estabelecer critérios e diretrizes para a implementação da Recarga Artificial de Aquíferos no território brasileiro.”

Estadual

1. Lei nº 6.134 de 2 de junho de 1988- Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo e dá outras providências.

“Artigo 2.º- Nos regulamentos e normas decorrentes desta lei serão sempre levados em conta a interconexão entre as águas subterrâneas e superficiais e as interações observadas no ciclo hidrológico.”

2. Decreto nº 32.955 de 07 de Fevereiro de 1991- Regulamenta a Lei nº 6.134, de 2 de junho de 1988

“Artigo 4º...

Parágrafo único - Na administração das águas subterrâneas sempre serão levadas em conta sua interconexão com as águas superficiais e as interações observadas no ciclo hidrológico.

SEÇÃO III

Das Atribuições

Art. 1 - Cabe ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE a administração das águas subterrâneas do Estado, nos campos da pesquisa, captação, fiscalização, extração e acompanhamento de sua interação com águas superficiais e com o ciclo hidrológico.

Parágrafo único- O Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE manterá serviços indispensáveis à avaliação dos recursos hídricos subterrâneos, ao conhecimento do comportamento hidrológico dos aquíferos, ao controle e à fiscalização da extração.”

3. Lei nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991 - Estabelece normas de orientação à Política estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

“Art. 3.º - A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

I - gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico; ”

4. Deliberação CRH nº 52 de 15 de abril de 2005 - Institui no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH diretrizes e procedimentos para a definição de áreas de restrição e controle da captação e uso das águas subterrâneas.

Artigo 1º - As Áreas de Restrição e Controle do uso das águas subterrâneas são aquelas onde existe a necessidade de disciplinar as atividades que possam causar alterações ou efeitos negativos sobre a quantidade ou qualidade das águas subterrâneas.

§1º - A delimitação das Áreas de Restrição e Controle será estabelecida com o apoio de estudos hidrogeológicos e levará em consideração os Planos de Bacias Hidrográficas, os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, os Programas Estaduais de Monitoramento de Qualidade e Atendimento à Potabilidade, que evidenciem os efeitos negativos da exploração e contaminação, apontando a necessidade da aplicação de ações preventivas e corretivas.

4. Deliberação CRH nº 29 de 14 de dezembro de 2000 - Institui a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas

“**Art. 2º** - São competências da Câmara Técnica:

I. Discutir e propor diretrizes para a gestão integrada de águas subterrâneas, levando em conta, sua interconexão com as águas superficiais, e as interações observadas no ciclo hidrológico;

5. Deliberação CRH nº 30 de 14 de dezembro de 2000 - Institui a Câmara Técnica de Usos Múltiplos

Artigo 2º - São competências da Câmara Técnica:

VI. Propor diretrizes para integração de procedimentos, entre as instituições responsáveis pelas ações de outorga e de licenciamento ambiental, relacionadas com a gestão de usos múltiplos dos recursos hídricos.

6. MOÇÃO CRH de 04 de Setembro de 2006 - Encaminha ao Senado Federal manifestação contrária à Proposta de Emenda Constitucional nº 43/2000, sobre a titularidade das águas subterrâneas.

7. Deliberação CRH nº 146 de 11 de dezembro de 2012 - Aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

Art. 2º – Os Planos de Bacias Hidrográficas devem contemplar:

.....

IV – A promoção da gestão compartilhada dos recursos hídricos e da articulação político-institucional, para o estabelecimento de metas comuns e consensuais entre as Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI que compartilham sistemas hídricos superficiais e/ou subterrâneos, seja por interligação natural ou por derivação, com o objetivo de compatibilizar as questões interbacias para garantir a disponibilidade e a qualidade das águas e para prevenir e mitigar os conflitos de usos nestas bacias;